



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 7478/2016

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.25.000.002248/2016-56

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

PROCURADORA OFICIANTE: MÔNICA DOROTÉA BORA

RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ

NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO CONLUIO NA REALIZAÇÃO DE ACORDO JUDICIAL PARA INDUZIR A ERRO O JUÍZO TRABALHISTA. REVISÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES (ENUNCIADO Nº 32 DA 2ª CCR). INTERESSE FEDERAL CONFIGURADO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Notícia de Fato instaurada a partir de ofício da 1ª Vara do Trabalho de Colombo/PR, tendo em vista suposto conluio entre as partes e o advogado na realização de acordo judicial, induzindo o juízo trabalhista a erro com o intuito de livrar o patrimônio da pessoa jurídica de outras execuções, tendo em vista a discrepância entre o valor do negócio jurídico e sua suposta causa subjacente.
2. Promoção de declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, com amparo na ausência de interesse federal no feito, visto que o prejuízo seria suportado pelos eventuais credores.
3. Declínio inadequado.
4. Simulação de negócio jurídico perante a Justiça do Trabalho. Mostra-se caracterizado o interesse federal no caso em comento, uma vez que o eventual prejuízo a ser causado aos credores da empresa em outras execuções somente seria alcançado a partir do induzimento ou manutenção do juízo trabalhista em erro.
5. As partes e o causídico, ao submeterem acordo simulado à homologação do Juiz do Trabalho com o objetivo de preservar o patrimônio da pessoa jurídica de outras execuções, claramente cometeram ilícito que afeta serviço e interesse da União, visto que empregaram meio fraudulento na Justiça Trabalhista para tentar alcançar vantagem indevida em detrimento de terceiros.
6. Em que pese o prejuízo patrimonial venha a recair sobre particulares, o serviço federal foi atingido negativamente, restando caracterizado o respectivo interesse, visto que as partes fizeram uso da Justiça do Trabalho na tentativa de obter vantagem patrimonial ilícita.
7. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

Cuida-se de Notícia de Fato instaurada a partir de ofício da 1ª Vara do Trabalho de Colombo/PR, tendo em vista suposto conluio entre as partes e o advogado na realização de acordo judicial, induzindo o juízo trabalhista a erro com o intuito de livrar o patrimônio da pessoa jurídica de outras execuções, tendo

em vista a discrepância entre o valor do negócio jurídico e sua suposta causa subjacente.

O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, com amparo na ausência de interesse federal no feito, visto que o prejuízo seria suportado pelos eventuais credores (fls. 39/40-v).

Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para o exercício de suas atribuições revisionais (Enunciado nº 32).

É o relatório.

O declínio de atribuições do presente procedimento ao MPE mostra-se inadequado, visto tratar-se de simulação de negócio jurídico perante a Justiça do Trabalho.

Mostra-se caracterizado o interesse federal no caso em comento, uma vez que o eventual prejuízo a ser causado aos credores da empresa em outras execuções somente seria alcançado a partir do induzimento ou manutenção do juízo trabalhista em erro.

As partes e o causídico, ao submeterem acordo simulado à homologação do Juiz do Trabalho com o objetivo de preservar o patrimônio da pessoa jurídica de outras execuções, claramente cometeram ilícito que afeta serviço e interesse da União, visto que empregaram meio fraudulento na Justiça Trabalhista para tentar alcançar vantagem indevida em detrimento de terceiros.

Em que pese o prejuízo patrimonial venha a recair sobre particulares, o serviço federal foi atingido negativamente, restando caracterizado o respectivo interesse, visto que as partes fizeram uso da Justiça do Trabalho na tentativa de obter vantagem patrimonial ilícita.

Desse modo, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, para cumprimento, cientificando-se o Procurador oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 25 de outubro de 2016.

José Adonis Callou de Araújo Sá
Subprocurador-Geral da República
Titular – 2ª CCR/MPF

/SBD.